

A Iniciação Científica e o enfrentamento das desigualdades na Ciência e na Saúde

RESUMO

Luciana Rodrigues Lessa
lurodlessa@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3954-8199>
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Tamiris Pereira Rizzo
rizzo.tamiris@unifesp.br
<https://orcid.org/0000-0002-2226-9620>
Universidade Federal de São Paulo, Santos, São Paulo, Brasil.

Alexandre Brasil Fonseca
abrasil@ufrj.br
<https://orcid.org/0000-0002-7495-4902>
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

É sabido que a população negra, os indígenas e os quilombolas pouco participam da Ciência. O conhecimento científico quase não dialoga com aqueles historicamente construídos por esses sujeitos e por seus ancestrais. No contexto acadêmico, isso se reflete na participação de negros indígenas e quilombolas em programas de Iniciação Científica e no desenvolvimento de projetos de pesquisa pautados nessas temáticas. No domínio das Ciências da Saúde, essa desigualdade tem reflexo na formação de profissionais e pesquisadores, que acabam por se alicerçar em práticas ocidentais, que fundamentam as ações de saúde promovidas no Sistema Único de Saúde (SUS). Esse processo influencia negativamente a saúde da população negra, indígena e quilombola. A partir dessa demanda e das políticas de cotas instituídas nas universidades públicas, foi desenvolvido o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Políticas Afirmativas (PIBIC-AF), principal expoente das ações afirmativas na Iniciação Científica. A partir das informações contidas em três plataformas do CNPq, foi realizada uma pesquisa quali-quantitativa que visou identificar a contribuição do PIBIC-AF para o enfrentamento das desigualdades na Ciência e na Saúde. Foram analisados os Currículos Lattes de 928 egressos do PIBIC-AF e os títulos de 1091 projetos de Iniciação Científica desenvolvidos no âmbito desse programa. Observou-se que apenas 3,4% (37) dos projetos se relacionavam diretamente com o conhecimento de povos originários e comunidades tradicionais ou com questões de saúde da população negra, dos indígenas e dos quilombolas. A impossibilidade de acesso ao quesito raça/cor dificultou a análise da participação desses sujeitos no programa.

PALAVRAS-CHAVE: Iniciação Científica. Políticas Afirmativas. Ciências da Saúde.

INTRODUÇÃO

Cunha Júnior (2003, p.156) alerta para a grande discrepância na composição do corpo de pesquisadores brasileiro, após 120 anos do nascimento da produção científica brasileira. O autor destaca que “em um país que forma seis mil doutores por ano, temos que menos de 1% é negra e menos de 1% trata de temas de interesse das populações afrodescendentes”.

Sobre esse aspecto, a população negra, os quilombolas e os indígenas dos diversos povos e etnias quase não participam e pouco se reconhecem na Ciência. Também é sabido que o conhecimento científico não permeia certos espaços geográficos, principalmente aqueles ocupados por comunidades tradicionais e periféricas.

Esse contexto contribui para dificultar o diálogo entre os conhecimentos concebidos nesses espaços e a Ciência, produzindo o distanciamento e a sua descredibilização por parte desses sujeitos.

A necessidade de incorporação dos conhecimentos tradicionais e de superação das desigualdades étnico-raciais há muito tempo faz parte da agenda da Ciência. Como forma de enfrentamento, recomendações da UNESCO apontam para a necessidade do desenvolvimento de uma educação científica pautada na equidade, na diversidade, na valorização e na proteção dos conhecimentos tradicionais. Além disso, também destacam a importância de políticas públicas que contribuam para a formação de pesquisadores, como forma de transformação dessa realidade (UNESCO, 1999).

Na área da Saúde, essa preocupação também não é recente. Ela é encontrada na Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) e na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), que preconizam a promoção e o reconhecimento dos saberes e práticas populares de saúde; o incentivo à produção do conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra e indígena; e a criação de programas especiais que facilitem a inserção de alunos de origem indígena nas instituições de ensino e pesquisa (BRASIL, 2002, BRASIL, 2009).

Essa situação se reflete nas práticas credenciadas no Sistema Único de Saúde (SUS), em que o pressuposto de prestar assistência universal e integral à saúde esbarra em uma *expertise* voltada para os aglomerados urbanos e fundamentada nas práticas ocidentais de saúde. Isso acaba influenciando negativamente a saúde da população negra, dos povos indígenas e dos quilombolas (GARNELO, et al., 2012; ANUNCIACÃO, 2022).

Olhando para o tripé fundamentador da Educação Superior, que é pautado no ensino, na pesquisa e na extensão, observa-se que a Política de Cotas tem ênfase no acesso ao ensino. Essa constatação se ampara na precariedade de ação afirmativa no âmbito da Iniciação Científica voltada especificamente para os cotistas, principalmente no que diz respeito aos negros, aos indígenas e aos quilombolas.

Isso foi constatado por Cajueiro (2008), que fez um levantamento das ações afirmativas voltadas para os graduandos indígenas. Sobre esse trabalho, é importante destacar que foram analisados sítios de 213 instituições públicas de educação superior e, até aquele momento, não havia sido revelada nenhuma ação afirmativa no âmbito da Iniciação Científica voltada para os povos indígenas.

Atualmente, o único programa multicêntrico voltado para as ações na Iniciação Científica é o PIBIC-AF, um programa mais amplo, direcionado a todos os graduandos cotistas. Esse programa foi criado no ano de 2009, por meio de uma colaboração entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Secretaria de Igualdade Racial da Presidência da República.

O PIBIC-AF, que abrange todas as áreas do conhecimento, tem os seguintes objetivos: incentivar a inserção dos universitários beneficiários de políticas de ações afirmativas na prática da Iniciação Científica; promover a formação de recursos humanos para atividades científicas; ampliar o acesso e a integração à cultura científica; e fortalecer as políticas de ação afirmativa existentes nas instituições públicas (MORAES & CORDEIRO, 2009; BRIDI, 2010; SOUZA, 2013; PINHO, 2017).

Sobre as ações afirmativas na Iniciação Científica, entende-se que a construção do ensino superior foi pautada na inferiorização sociocultural e econômica dos povos colonizados, na qual seus conhecimentos e a maneira de como veem o mundo possuem menor valoração (DÁVILA, 2006; GROSGOUEL, 2016). Observa-se assim, que a Iniciação Científica, como ação afirmativa, além de promover o acesso de negros, indígenas e quilombolas, deve valorizar seus conhecimentos, e as diferentes formas de pensar, fundamentando-se no Pluralismo Epistemológico e na Interculturalidade.

Nesse sentido, o pluralismo epistemológico, na demarcação de saberes, é uma forma de pluralização e horizontalização do conceito de Ciência, que, dessa forma, passa a englobar as ciências dos povos indígenas, as ciências dos povos afrodescendentes e também a ciência ocidental moderna, e outras. Em última instância, o Pluralismo Epistemológico “busca a valorização de todas as formas de pensamento, que devem ser respeitadas por seus próprios méritos, e não submetê-los aos critérios da cultura ocidental” (ROSA et al., 2020, p. 732).

Ao pensar uma ação afirmativa na Iniciação Científica, também é importante evocar o conceito da Interculturalidade como princípio para convivência entre sujeitos de identidades e culturas diferentes, como horizonte para a diversificação dos conhecimentos valorizados na Ciência e como possibilidade de relações harmônicas no espaço acadêmico (CANDAU, 2008; OLIVEIRA & CANDAU, 2010; WALSH, 2007).

Esses aspectos são extremamente relevantes no contexto de um programa afirmativo e para efetivação do respeito aos conhecimentos diversos, do diálogo, do acolhimento e da coexistência harmônica e horizontalizada entre eles.

Esse trabalho é um recorte de uma pesquisa de Doutorado realizada no Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Saúde, do Instituto

Nutes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Buscou-se identificar a contribuição do PIBIC-AF para inserção dos povos negros, quilombolas e indígenas e para incorporação dos seus conhecimentos nas atividades de pesquisa na Grande Área das Ciências da Saúde.

OS CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foram concatenados dados de três sítios do CNPq, sendo eles: o “Fomento Nacional”, o “Histórico Bolsa/Ano” e o “Currículo Lattes” (Plataforma Lattes).

Por meio dos dados contidos na página “Fomento Nacional”, foram destacados os nomes dos bolsistas vinculados ao PIBIC-AF na Grande Área das Ciências da Saúde, entre o ano de 2009, data de início do programa, e o ano de 2017, o último que possui dados disponíveis.

A partir dos nomes foram identificados na página “Portal *Memória*—Histórico bolsa/ano” os títulos dos projetos e os dígitos identificadores (NRO-ID-CNPQ) dos bolsistas. Esses últimos foram imprescindíveis para a extração realizada no “Currículo Lattes” com a ferramenta ScriptLattes.

Os títulos dos projetos foram posteriormente analisados com a ferramenta AntConc. O AntConc é uma “ferramenta de análise textual e linguística de corpus”, que permite fazer uma análise apurada de grande volume de documentos. A ferramenta retorna como resultado de análise “a localização de palavras-chaves em determinados contextos; o índice de frequência de palavras e de palavras semelhantes; a lista de palavras-chaves; e a lista de palavras semelhantes” (SILVA, 2019, p.1; GONÇALVES, 2016.p.4).

O “ScriptLattes” é um software livre, de código aberto, que extrai dados de currículos registrados na Plataforma Lattes, a partir dos quais são gerados relatórios e gráficos (GIORDANO et al., 2015). A partir desses relatórios gerados pelo ScriptLattes, foi realizada a análise do texto inicial do Currículo Lattes dos egressos do PIBIC-AF com o AntConc.

Esse caminho metodológico permitiu conhecer os projetos desenvolvidos no PIBIC-AF e identificar a etnia de alguns dos seus egressos do PIBIC-AF.

Assim, é importante informar que a página “Fomento Nacional CNPq”, contendo valioso Banco de Dados com informações sobre bolsas, bolsistas e investimento em pesquisas financiadas pela instituição, foi retirada da Web no final do ano de 2019. Nessa data, os dados necessários para esse estudo já haviam sido coletados.

A PARTICIPAÇÃO DOS GRADUANDOS NEGROS, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NO PIBIC-AF

Inicialmente, é importante ressaltar que o processo seletivo para o PIBIC-AF não segue qualquer regime de reserva de vagas para esses sujeitos, fazendo

com que os mesmo disputem as bolsas do programa em igualdade de condições com os demais cotistas. A adoção de uma reserva de vagas no PIBIC-AF, com parâmetros semelhantes aos estabelecidos na Lei 12.711/2012, possibilitaria uma maior participação de negros, indígenas e quilombolas no programa.

Quanto ao ingresso desses grupos em desvantagem na Ciência, por intermédio do PIBIC-AF, não foi possível inferir a extensão da inserção de graduandos negros e indígenas no programa. Essa limitação da análise decorre do sigilo imposto à categoria raça/cor, pela Plataforma Lattes, a qual inviabiliza a extração dessa informação pelo Script Lattes.

Diante dessa impossibilidade, em outubro de 2021, foi realizada a coleta de informações nos Currículos Lattes dos 928 egressos do PIBIC-AF na Grande Área das Ciências da Saúde, contabilizados a partir das informações contidas no sítio “Fomento Nacional”.

A análise computacional do texto inicial do Currículo Lattes de todos esses egressos, com o AntConc, retornou como resultado as ocorrências das palavras-chave “etnia” e “indígena(s)”. Dessa forma, foi possível identificar a etnia de alguns egressos (Quadro 1).

Quadro 1 - Análise computacional dos textos iniciais dos Currículos Lattes

Contexto à esquerda	Palavra-chave	Contexto à direita
Pertencente à	etnia	Paresi...
Sou indígena da	etnia	Puyanawa, aldeia barão, que se localiza no município de Mâncio Lima, Estado do Acre...
Pertencente à	etnia	Umutina...
	Indígena	do povo Umutina-Balatiponé / Mato Grosso...

Fonte: Elaborado pelos autores.

Dentre os egressos que declararam suas origens e etnias nos textos iniciais dos seus currículos está Nalva Maizokaero Ferreira de Souza, que pertence à etnia Paresi, e cursou Medicina na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Ela participou do Programa de Inclusão Indígena (PROIND/UFMT) e do PIBICAF/CNPq, no qual desenvolveu pesquisas sobre alimentos e bebidas fermentadas tradicionais do povo indígena Paresí. (Texto extraído do Currículo Lattes¹)

Diante desse cenário, o Programa de Inclusão de Estudantes Indígenas (PROINDI), criado pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), entre os anos de 2008 e 2012, vigorou com o nome de Guerreiros da Caneta. Esse programa “reservava cem vagas para estudantes de etnia indígena, em cursos demandados pelos povos indígenas, com processo seletivo específico e diferenciado” (BRANCO & ZATTONI, 2015, p. 1). O PIBIC-AF foi um dos “braços” do projeto, promovendo a inclusão desses indígenas na Iniciação Científica.

Jósimo da Costa Constant (Puhku), indígena da etnia Puyanawa, foi o segundo egresso revelado pela análise. Ele graduou-se em Ciências Sociais (2016), Antropologia (2016), Sociologia (2018) e concluiu o mestrado em Direitos

Humanos e Cidadania pela Universidade de Brasília (UnB), no ano de 2018. No PIBIC-AF, atuou em projetos de pesquisas sobre a saúde da etnia Puyawakêvu/Puyanawa, com foco na Casa de Saúde Indígena (CASAI) e no subsistema de Saúde Indígena (Texto extraído do Currículo Lattes²).

A análise dos textos iniciais do Currículo Lattes também revelou Adriana Boroponepá como pertencente à etnia Umutina. Ela graduou-se em Nutrição pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Em seu projeto de pesquisa do PIBIC-AF, atuou no diálogo entre a Antropologia e a Saúde, com foco no patrimônio alimentar indígena (Texto extraído do Currículo Lattes³).

Por último, a análise destacou Lennon Ferreira Corezomaé, egresso indígena pertencente ao povo Umutina-Balatiponé do Mato Grosso. Em 2014, ele se graduou em Educação Física pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar-SP), em 2017, ele concluiu seu Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação na mesma instituição. No PIBIC-AF, ele desenvolveu um projeto de Iniciação Científica, que tinha como título: "Etnomotricidade do povo indígena Umutina: práticas corporais na educação das relações étnico-raciais" (Texto extraído do Currículo Lattes⁴).

Certamente, essa observação não condiz quantitativamente com a realidade, uma vez que o preenchimento do texto inicial é de responsabilidade do proprietário do currículo, mas esse resultado evidencia qualitativamente a presença dos indígenas no PIBIC-AF.

O resultado também demonstra que os indígenas, de certa forma, reivindicaram a exposição de suas etnias em seus currículos. Eles perceberam nos textos de apresentação uma possibilidade de demarcar e reafirmar suas origens e identidades. A forma que esses quatro indígenas encontraram para declarar suas etnias representa uma maneira de transpassar a barreira criada pelo CNPq para bloquear o acesso às informações sobre o quesito raça/cor.

Nenhuma ocorrência de palavras-chave, remetida pelo AntConc, possibilitou identificar a participação de negros e quilombolas no PIBIC-AF.

Outra maneira de identificar o perfil étnico-racial dos egressos seria usar as fotografias presentes no Currículo Lattes. As fotografias se constituem em um recurso muito utilizado em comissões de heteroidentificação para a observação e identificação de fenótipos negros (DAFLON et al., 2013; SILVA et al., 2020; DANTAS & ALMEIDA, 2021).

A opção por não se utilizar essa metodologia corrobora a ideia de que não é fácil definir quem é negro no Brasil (MUNANGA, 2004). Da mesma forma, diante da diversidade dos povos e etnias, seria difícil determinar quem é indígena.

É extremamente relevante e urgente repensar a questão do sigilo imposto ao quesito raça/cor no Currículo Lattes.

Segundo o CNPq, a adoção do quesito cor/raça encontra-se embasado na [Lei 12.228, de 20 de julho de 2010](#), que instituiu o 'Estatuto da Igualdade Racial', cujo objetivo é combater todas as formas de exclusão e discriminação racial ainda vigentes em nosso país. Tal estatuto vem

corroborando outros esforços e ações públicas, especificamente, voltadas para a inclusão universitária, na forma do sistema de cotas adotado pelas universidades federais, entre outras políticas de inclusão. A iniciativa do CNPq vem, pois, na esteira dessas políticas e pretende utilizar tais dados como base para a elaboração futura de políticas científicas de inclusão sócio-racial (SCHWARCZ & MACHADO, 2013, p.2).

Observa-se que esse quesito foi tardiamente incluído no Currículo Lattes, mas continua controlado por usuário e senha, estando disponíveis apenas para “uso interno” do CNPq. A não divulgação dessa informação faz parecer que o CNPq não deseja “incentivar a radicalização do debate”, guardando para ele a tarefa de “iluminar uma cena e evidenciar processos de discriminação facilmente observados por todos aqueles que adentram nossos *campi* universitários” (SCHWARCZ & MACHADO, 2013, p.2).

A veiculação dessas informações facilitaria a execução de pesquisas, fomentando o debate e a reflexão sobre as desigualdades existentes, uma vez que deixaria mais transparentes os perfis: econômico, social e racial da comunidade acadêmico-científica (SCHWARCZ & MACHADO, 2013).

A INSERÇÃO DOS CONHECIMENTOS E DAS PRÁTICAS DE SAÚDE PROVENIENTES DE POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Há muito tempo, se reconhece a importância dos conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais e se preconiza a sua inserção na Ciência, na Academia, e nas práticas de saúde (BRASIL, 2002; UNESCO, 2003; BRASIL, 2009; PORTO et al, 2013).

De acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), eles são definidos como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, p 17).

Entende-se que, enquanto programa afirmativo, também é importante a promoção desses conhecimentos como objetos de pesquisa. Por isso, torna-se relevante conhecer quais temas foram abordados nos projetos que integraram o PIBIC-AF.

Foram identificados na análise 1091 projetos de Iniciação Científica da Grande Área das Ciências da Saúde, desenvolvidos no PIBIC-AF entre os anos de 2009 e 2017. Observou-se que apenas 3,4% (37) se relacionavam diretamente com o conhecimento de povos originários e comunidades tradicionais ou com questões de saúde da população negra, quilombola e indígena. A maior parte dos projetos, 88,5% (966), apresentavam objetos de pesquisa que se relacionavam com questões essencialmente técnicas ou abordavam temáticas afastadas das questões étnico-sócio-raciais. Outra parcela dos projetos, 8,1% (88), se relacionava com outras demandas sociais.

Assim, causa estranheza a diminuta parcela de projetos com foco em temáticas étnico-raciais, na saúde e no conhecimento da população negra, indígena e quilombola, especialmente pela natureza e pelo caráter afirmativo do programa. Sobre este aspecto, preocupa o fato de o PIBIC-AF se constituir em um lócus de promoção da diversidade, e tiver sido apenas uma fonte de financiamento para o aporte de “mão de obra”. Parece que a maioria dos egressos foi inserida em pesquisas que já estavam em andamento e pouco se relacionavam com os saberes e práticas vivenciadas por esses estudantes.

Evidentemente, não se advoga que estudantes cotistas devem compor projetos exclusivamente dedicados a essas questões, mas suscita-se a reflexão sobre os alcances afirmativos do programa e seus desafios.

Também é importante ressaltar que a inserção de graduandos em projetos de pesquisa em andamento é muito comum na Iniciação Científica (MASSI & QUEIROZ, 2010, p.189). Essa prática, “herdada” do programa PIBIC, deve ser seriamente ponderada quando aplicada a um programa afirmativo.

Desta forma, parece ser interessante, para um programa de Iniciação Científica que se propõe afirmativo, promover a participação desses graduandos em projetos que dialoguem com as suas vivências e conhecimentos e que os mesmos estejam inseridos em grupos de pesquisa constituídos por professores e pesquisadores conhecedores e sensíveis a essas temáticas. Destacam-se a seguir alguns exemplos projetos realizados no âmbito do PIBIC-AF, que seguiram esse formato.

O projeto intitulado “Etnomotricidade do povo indígena Umutina: práticas corporais na educação das relações étnico-raciais” ajuda entender a importância das práticas corporais provenientes de outras culturas e como essas podem se associar aquelas presentes na Educação Física escolar.

Nas aulas de Educação Física escolar, comumente observamos o esporte como conteúdo por vezes exclusivo, o que acaba por reduzir o universo da Motricidade Humana, circunscrevendo-o, não raro, ao contexto cultural estadunidense e/ou europeu, em detrimento das potencialidades que podem ser exploradas ao propor a vivência de outras manifestações da Motricidade Humana, oriundas da diversidade cultural de diferentes povos que construíram e constroem o Brasil, tais como os africanos, os indígenas e os orientais. Diante dessa situação e entendendo a educação física como um dos componentes curriculares que pode e deve contribuir para apresentação, diálogo e reflexão acerca da diversidade cultural, propomos ampla pesquisa acerca da Motricidade Humana, particularmente nas manifestações relacionadas aos jogos, brincadeiras, lutas, danças, festas, histórias, cantos e rituais de diferentes culturas, com o objetivo de compreender os processos educativos envolvidos na construção da motricidade destes. Neste projeto, em particular, estaremos investigando a etnomotricidade do povo indígena Umutina, particularmente o residente na Aldeia Indígena Umutina, localizada no município de Barra dos Bugres, Mato Grosso (Texto extraído do Currículo Lattes⁵).

Esse projeto foi desenvolvido por um graduando indígena, que pesquisou sobre as práticas do seu povo, associando o conhecimento prévio com aqueles adquiridos no curso de Educação Física. Posteriormente, essa pesquisa foi estendida para as práticas corporais do povo Terena, em um novo projeto

intitulado “Etnomotricidade do povo indígena Terena: práticas corporais na educação das relações étnico-raciais”. Ambos os projetos foram orientados por Luiz Gonçalves Junior, professor Titular do Departamento de Educação Física e Motricidade Humana, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (Texto extraído do Currículo Lattes⁵).

Quanto aos conhecimentos e práticas de saúde afro centradas, o projeto “Saúde e interdições alimentares em terreiros de Candomblé” teve como objetivo “*analisar o papel desempenhado pelas interdições alimentares no tratamento mágico religioso de algumas doenças, nos terreiros de Candomblé*”. Esse projeto foi orientado pelo professor Dr. Vilson Caetano de Sousa Junior, pesquisador no Grupo de Pesquisas em Relações Raciais, Memória, Identidade e Imaginário da PUC-SP e professor associado da Universidade Federal da Bahia. Ele realiza pesquisas na área de Antropologia, com ênfase em populações Afro-Brasileiras; povos e comunidades tradicionais; e alimentação (Texto extraído do Currículo Lattes⁶). O trabalho foi desenvolvido pelo então graduando da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia, Diego Marinho Calabrese, negro retinto, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde na mesma instituição (Texto extraído do Currículo Lattes⁷).

Outro projeto que se coloca em direção a uma proposta intercultural é o projeto “Rapé como prática cultural integrativa e terapêutica dos povos indígenas”, coordenado pela professora Dra. Maria da Graça L. Hoefel, que contou com o auxílio da professora Dra. Denise Osorio Severo. O resumo desse projeto encontra-se descrito abaixo.

A utilização de plantas para cura de doenças constitui uma prática utilizada por muitos povos indígenas e como um saber transmitido de geração em geração. As plantas são manipuladas e utilizadas de diversas maneiras e uma delas é em forma de rapé. Embora ele seja utilizado por muitos povos indígenas do Brasil, não se sabe precisamente quais são as concepções, significados e formas de utilização do mesmo por distintas etnias distribuídas em diferentes territórios do país. Considerando a importância cultural e social da preservação das práticas e saberes relacionados à medicina tradicional e à importância de tais práticas para subsidiar a construção de políticas de saúde indígena capazes de respeitar as peculiaridades destes povos, esta pesquisa busca conhecer o uso tradicional do rapé por povos indígenas situados no Acre, Amazonas e Paraíba, com vistas à compreensão das concepções, significados e efeitos culturais e medicinais para tais povos (Texto extraído do Currículo Lattes⁸).

Essa pesquisa tinha como sujeitos de pesquisa: os pajés, as lideranças e os membros de comunidades indígenas do Acre (Kulina, Kaxinawá, HuniKuina e Nawa), da Paraíba (Potiguara) e do Amazonas (Baniwa e Tukano). Esse projeto foi desenvolvido por uma graduanda indígena do curso de enfermagem, Rayanne Cristine Máximo França. Ela foi colaboradora direta da Rede de Juventude Indígena e atualmente é Mestre em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade de Brasília (Texto extraído do Currículo Lattes⁹).

“Patrimônio alimentar dos povos indígenas de Mato Grosso: uma possibilidade de revitalização das práticas alimentares tradicionais com ênfase no pescado” foi outro projeto que destacou o conhecimento dos povos indígenas, e que foi desenvolvido por graduandos indígenas. Ele encontra-se associado ao

Programa de Inclusão de Estudantes Indígenas “Guerreiros da Caneta” (PROINDI), criado na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e realizado entre os anos de 2008 e 2012.

Ação afirmativa aprovada na Resolução Nº 82/2007, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) a qual “Cria o Programa de Inclusão de Estudantes Indígenas “Guerreiros da Caneta” no âmbito da UFMT por um período de cinco anos a partir de 2008” (UFMT, 2007). O Programa reservava cem vagas para estudantes de etnia indígena com presença no estado de Mato Grosso, distribuídas entre os anos de 2008 a 2012, em cursos demandados pelos povos indígenas, com processo seletivo específico e diferenciado (BRANCO & ZATTONI, 2015, p. 1).

O PIBIC- AF foi inserido no âmbito desse programa de ação afirmativa da UFMT como forma de promover o acesso dos indígenas às atividades de pesquisa. A responsável por essa associação, pela elaboração e pela coordenação desse projeto foi a professora Dra. Myrian Thereza de Moura Serra, titular da Faculdade de Nutrição (Texto extraído do Currículo Lattes¹⁰).

Outro projeto associado ao PROINDI da UFMT recebeu o título de “Vidas Divididas: Ensino Superior e Povos Indígenas”, e contou com a participação da graduanda Nalva Maizokaero Ferreira de Souza, pertencente à etnia Paresi (SILVA & SERRA, 2011). A orientadora desse projeto, Dra. Carmen Lúcia da Silva, professora associada ao Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Mato Grosso, participa do grupo de pesquisa Etnologia e Indigenismo (PPGAS/UnB) e do Laboratório de Línguas Indígenas (LALI/UnB). A Dra. Carmen Lúcia também é tutora do Grupo PET Indígena e Coordenadora do Programa de Inclusão Indígena (PROIND – PRAE) (Texto extraído do Currículo Lattes¹¹).

“Práticas médicas do povo indígena Puyanawae e os serviços de saúde” foi o título dado a outro projeto de Iniciação Científica, que também foi coordenado pela professora Dra. Carmen Lúcia da Silva. Uma descrição desse projeto é realizada abaixo.

Nas cidades brasileiras encontram-se em plena atividade parteiras, rezadeiras, benzedeiros, raizeiros, farmacêuticos populares, fitoterapeutas, massoterapeutas, entre outros, atuando com um universo de pessoas que não se satisfazem com a exclusividade dos modos de operação da biomedicina. Ao lado desse universo, povos indígenas, comunidades quilombolas e outras, localizadas nas proximidades ou não de centros urbanos, também dinamizam sistemas médicos singulares. A proposta deste projeto é compreender esses sistemas médicos diversos, a formação desses terapeutas e os pontos de convergência e divergência entre esses diversos sistemas e as relações mantidas com o sistema biomédico a partir de dois casos etnográficos, localizados em dois biomas brasileiros distintos, cerrado e Amazônia. O intuito deste grande projeto é compreender a sociocosmologia dos praticantes desses sistemas médicos variados, os processos terapêuticos, a rede de sociabilidade onde se inserem e seus modos de percepção do corpo, sua noção de bem-estar e de adoecimento. Pretende-se observar também sua inter-relação com as políticas de saúde do Estado brasileiro (Texto extraído do Currículo Lattes¹²).

Dois participantes desse projeto eram indígenas. O egresso Iury da Costa Felipe (Tapü'ücü), pertencente ao povo Magütagü, apesar de ter realizado a Iniciação Científica na área da Saúde Coletiva, se graduou em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília, tendo finalizado o curso de mestrado em

Antropologia na mesma universidade, no ano de 2021. Atualmente, lury cursa o doutorado (Texto extraído do Currículo Lattes¹³).

Outro graduando indígena que também participou desse projeto foi Jósimo da Costa Constant, pertencente à etnia Puyanawa, objeto de estudo dessa pesquisa. Anteriormente esse egresso já havia participado de outro projeto de Iniciação Científica, também orientado pela professora Sílvia Guimarães, com o título de “Atendimento indígenas na Casa de Saúde Indígena (CASAI-DF) e Hospital Universitário de Brasília (HUB)”.

Ainda dentro da perspectiva dos saberes indígenas, foram desenvolvidos outros projetos no âmbito do PIBIC-AF, dentre eles encontram-se: “Resgate e reconstrução da história de violência e resistência do povo indígena Xukuru no contexto dos conflitos sócio-ambiental” (2011-2012); “Análise dos processos de violência e resistência do povo indígena Xukuru do Ororuba (PE) no contexto dos conflitos socioambientais” (2011-2012); “Resistência e Violência no contexto dos conflitos socioambientais indígenas” (2012-2013), todos esses projetos foram orientados pela professora Maria da Graça L. Hoefel.

Fato relevante é que a maioria desses projetos foi pensada por orientadores que possuem extensa produção científica sobre o tema, com foco em um grupo específico de estudantes. Dessa forma, esses projetos caminharam em direção ao Pluralismo Epistemológico e à Interculturalidade, possibilitando uma significativa valorização dos conhecimentos desses grupos, por meio do diálogo entre o método científico, os saberes e as práticas dos povos originários e comunidades tradicionais, contribuindo para a produção acadêmica e científica sobre os mesmos.

CONCLUSÕES

Primeiramente, é importante ressaltar a importância da acessibilidade e da disponibilidade dos dados abertos para as pesquisas em educação, uma vez que todas essas informações foram extraídas de bases de dados do CNPq acessíveis à população.

Quanto ao Currículo Lattes, mostrou-se a robustez dessas fontes para pesquisas quali-quantitativas, mas é importante repensar as restrições impostas ao quesito raça/cor e à extração de grandes volumes de dados. Sobre esse aspecto, o ScriptiLattes se mostrou uma ferramenta oportuna para pesquisas em educação, em face da sua gratuidade e eficiência.

Apesar da pequena significância quantitativa, a análise qualitativa dos resultados aponta para a potencialidade do PIBIC-AF em combater as desigualdades étnico-raciais na Ciência e na Saúde.

Por fim, esse estudo demonstra a necessidade de se pensar em mecanismos para incentivar o desenvolvimento de projetos com temáticas que contribuam para a construção de novos conhecimentos, associando os métodos científicos com os saberes de povos originários e comunidades tradicionais. Também é importante avançar com as políticas de cotas em direção aos

programas de Iniciação Científica, favorecendo a instauração de um processo de seleção que garanta o acesso de negros, indígenas e quilombolas.

Scientific Initiation and tackling inequalities in Science and Health

ABSTRACT

It is known that the black population, the indigenous people and the quilombolas participate little in Science. Scientific knowledge hardly dialogues with those historically constructed by these subjects and their ancestors. In the academic context, this is reflected in the participation of black indigenous people and quilombolas in Scientific Initiation programs and in the development of research projects based on this theme. In the field of Health Sciences, this inequality is reflected in the training of professionals and researchers, who end up being based on Western practices, which underlie the health actions promoted in the Unified Health System (SUS). This process influences the health of the black, indigenous and quilombola population. Based on this demand and the quota policies instituted in public universities, the Institutional Program of Scholarships for Scientific Initiation in Affirmative Policies (PIBIC-AF) was developed, the main exponent of affirmative actions in Scientific Initiation. Based on the information contained in three CNPq platforms, a qualitative and quantitative research was carried out with the aim of identifying the PIBIC-AF's contribution to confronting inequalities in Science and Health. The Lattes CVs of 928 PIBIC-AF graduates and the titles of 1091 Scientific Initiation projects enrolled under this program were analyzed. It should be noted that only 3.4% (37) of the projects were directly related to the knowledge of native peoples and traditional communities or with health issues for the black population, indigenous peoples and quilombolas. The impossibility of accessing the race/color item made it difficult to analyze the participation of these subjects in the program.

KEYWORDS: Scientific Initiation. Affirmative Policies. Health Sciences.

Iniciación Científica y lucha contra las desigualdades en Ciencia y Salud

RESUMEN

Es bien sabido que las poblaciones negras, indígenas y quilombolas tienen poca participación en la ciencia. El conocimiento científico casi no dialoga con los saberes históricamente construidos por estos pueblos y sus ancestros. En el contexto académico, esto se refleja en la participación de indígenas negros y quilombolas en programas de Iniciación Científica y en el desarrollo de proyectos de investigación basados en estos temas. En el campo de las Ciencias de la Salud, esa desigualdad se refleja en la formación de profesionales e investigadores, que acaban basándose en las prácticas occidentales, que subyacen en las acciones de salud promovidas en el Sistema Único de Salud (SUS). Este proceso influye negativamente en la salud de la población negra, indígena y quilombola. A partir de esta demanda y de las políticas de cuotas instituidas en las universidades públicas, se desarrolló el Programa Institucional de Becas de Iniciación Científica en Políticas Afirmativas (PIBIC-AF), principal exponente de las acciones afirmativas en Iniciación Científica. A partir de la información contenida en tres plataformas del CNPq, se realizó una investigación cualitativa y cuantitativa con el objetivo de identificar la contribución del PIBIC-AF para el enfrentamiento de las desigualdades en Ciencia y Salud. Se analizaron los CV Lattes de 928 egresados del PIBIC-AF y los títulos de 1091 proyectos de Iniciación Científica inscritos en este programa. Se constató que apenas 3,4% (37) de los proyectos estaban directamente relacionados con los saberes de los pueblos originarios y comunidades tradicionales o con temas de salud de la población negra, indígenas y quilombolas. La imposibilidad de acceder a la respuesta a la pregunta sobre raza/color dificultó el análisis de la participación de estas personas en el programa.

PALABRAS CLAVE: Iniciación Científica. Políticas Afirmativas. Ciencias de la Salud.

NOTAS

- 1 Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2912910173042359>.
- 2 Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8841610463446991>.
- 3 Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2941993355119836>.
- 4 Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0418336312443163>.
- 5 Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1324174147128430>.
- 6 Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8764702427465208>.
- 7 Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3023962837534788>.
- 8 Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6475790389413042>.
- 9 Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3849920518771792>.
- 10 Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2824180101021138>.
- 11 Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8096638494795879>.
- 12 Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0099860141022736>.
- 13 Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8380673120454115>.

REFERÊNCIAS

- ANUNCIACÃO, Diana et al. (Des) caminhos na garantia da saúde da população negra e no enfrentamento ao racismo no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 3861-3870, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Lqd6jsjQByrvCVyxWCxkqjN/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2023
- BRANCO, Cintia Lopes; ZATTONI, Andreia Márcia. Guerreiros da caneta: trajetória histórica do PROIND - Programa de Inclusão Indígena na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). In: **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- BRASIL, Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2002. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf Acesso em: 15 set. de 2022.

BRASIL, 2007. Decreto nº 6.040, de 07 fev. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Diário Oficial da União, Brasília.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009. Institui a **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 maio 2009.

BRIDI, Jamile Cristina Ajub. Atividade de pesquisa: contribuições da iniciação científica na formação geral do estudante universitário. **Olhar de professor**, v. 13, n. 2, p. 349-360, 2010. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/2521>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, p. 45-56, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5szsvwMvGSVPkGnWc67BjtC/?lan>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CAJUEIRO, Rodrigo. Os povos indígenas em instituições de ensino superior públicas, federais e estaduais do Brasil: levantamento provisório de ações afirmativas e de licenciaturas interculturais. **Trilhas de Conhecimento**, 2008. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/117.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2020.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. A formação de pesquisadores negros: o simbólico e o material nas políticas de ações afirmativas. In: SOUZA, M. N. (Org.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**, Brasília, 2003, p. 152-160. Disponível em: <https://repositorio.faculdefama.edu.br/xmlui/handle/123456789/26>. Acesso em: 20 mar. 2023.

DAFLON, Verônica Toste; FERES JUNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cadernos de Pesquisa**, v.43, p. 302-327, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/MBtLrKDNWY8ntQDwBSGYb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 dez. 2020.

DANTAS, Adriana Santiago Rosa; ALMEIDA, Ana Maria Fonseca. **As comissões de heteroidentificação no ingresso do Ensino Superior: ativismo e institucionalização**. 2021

GARNELO, LUÍZA, et al. **Saúde indígena: uma introdução ao tema**. MEC-SECADI, 2012. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/56690> Acesso em: 16 jun. 2023.

GIORDANO, D. M.; BRUNING, E.; BORDIN, A. S. Uso do scriptlattes e gephi na análise da colaboração científica. In: **Computer on the Beach**, p. 239-248. Florianópolis 2015. Disponível em:

<https://periodicos.univali.br/index.php/acotb/article/view/7039>. Acesso em: 18 dez. 2021.

GONÇALVES, J. S. B. 2016. Tutorial AntConc: software para a realização de análises qualitativas. **Documentos Lantri**, v.1, 2016. Disponível em: <https://www.laurenceanthony.net/software/antconc/> . Acesso em: 03 abr. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). Brasília, 2006, Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_afroatitude.pdf. Acesso em: 20 dez. 2021.

MORAES, Edvaldo Teixeira; CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. A repetência de negros e indígenas cotistas nos cursos de letras da UEMS no período letivo de 2004 A 2007. In: **ANAIS DO ENIC**, n. 1, 2009. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/enic/article/view/977>. Acesso em: 20 nov. 2020.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 18, p. 51-66, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/MnRkNKRH7Vb8HKWTVtNBFDp/?lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2020.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, v. 26, p. 15-40, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TXxbbM6FwLJyh9G9tqvQp4v/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2021.

PINHO, Maria José de. Ciência e ensino: contribuições da iniciação científica na educação superior. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior** , v. 22, p. 658-675, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/T33wvHSY5PvjWvdpfMmmTby/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 02 dez. 2021.

ROSA, Isabela Santos Correia; DE ALMEIDA, Rosiléia Oliveira; SANTANA, Catiana Santos Correia. Universalismo, Pluralismo Epistemológico e Multiculturalismo Crítico: problematizando a possibilidade de uma nova posição epistemológica. **Revista Espaço do Currículo**, v.13, n. Especial, p. 726-742, dez. 2020. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/6ed6gklcczgb3ozcqxeqkhwlmw/access/wayback/https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/download/54136/32235>. Acesso em: 18 dez. 2021.

SCHWARCZ, Lilia; MACHADO, Maria Helena P. T. Raça/cor no Lattes: fomentando o debate. **Ciência Hoje**. 2013. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/acervo/raca-cor-no-lattes-fomentando-o-debate/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SILVA, Ana Claudia Cruz ; CIRQUEIRA, Diogo Marçal; RIOS, Flavia; ALVES, Ana Luiza Monteiro . Ações afirmativas e formas de acesso no ensino superior público: o caso das comissões de heteroidentificação. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, p.

329-347, 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/nec/a/nMVPgj8Hg8dw7YW6yjkj4xy/?lang=pt>. Acesso em:
20 nov. 2020.

SILVA, Carmen Lucia da; SERRA, Myrian Thereza de Moura. **PROIND: campo de reflexão e prática: resultados de pesquisa de iniciação científica na temática indígena**. EduFMT, 2011.

SILVA, Tarcízio. **Análise de Texto com AntConc: introdução, arquivos e configurações. Pesquisa, métodos digitais, ciência, tecnologia e sociedade**. 2019. Disponível em: <https://tarcizosilva.com.br/blog/analise-de-texto-com-antconc-introducao-arquivos-e-configuracoes/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SOUZA, I.M. **Ações afirmativas na educação superior a distância: uma análise do impacto social do sistema de reserva de vagas no curso de pedagogia da Unimontes-UAB**. 2013. 172f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15201>. Acesso em: 20 nov. 2020.

UNESCO. **A ciência para o século XXI: uma nova visão e uma base de ação**. Brasília, 2003.

WALSH, C. Interculturalidad Crítica/Pedagogia decolonial. In: **Memórias del Seminario Internacional “Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad”**, Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2007.

Recebido: 31 jul 2023

Aprovado: 18 set. 2023

DOI: 10.3895/rtr.v9n0.17370

Como Citar: LESSA, L. R.; RIZZO, T. P.; FONSECA, A. B. A Iniciação Científica e o enfrentamento das desigualdades na Ciência e na Saúde. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 9, e17370, p. 1-18, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Luciana Rodrigues Lessa
lurodlessa@hotmail.com

Direito Autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

